

6814

Influência do Índio na Formação Étnica e no Desenvolvimento do Brasil

Dep. ANAPOLINO SILVÉRIO DE FARIA

“Da mesma forma que o homem civilizado, quando se aprofunda nos estudos étnicos, indaga de onde vieram os índios, esses querem saber de onde vieram os homens civilizados”.

Essa interessante questão é formulada pelo antropólogo Julio Cezar Melatti, em seu livro “Índios do Brasil”, editado pela Coordenada — Editora de Brasília, 1970.

Para explaná-la o professor da Universidade de Brasília remonta aos problemas de ordem intelectual e prática que acometeram os europeus quando da sua chegada ao continente americano, aqui encontrando o índio. Para esses — europeus — a existência de indígenas na América significou uma perplexidade, que não podia ser convenientemente entendida face ao seu sistema tradicional de explicar o mundo. Por outro lado, interessava-lhes sobremodo classificar os indígenas como não-homens, isto é, não descendentes de Adão (eis que a narrativa bíblica era então a única justificação inteligivelmente válida da origem dos homens), pois assim, do ponto de vista prático, poderiam servir-se deles mediante todos os tipos de exploração, o que, afinal, acabou ocorrendo, inobstante a condenação expressa do Papa Paulo III, em 1597, que os declarou verdadeiros homens.

A questão da procedência ou origem dos ameríndios, malgrado os grandes avanços das ciências, inclusive da etno-

logia, antropologia e outras afins, ainda hoje continua envolta em controvérsias.

Aos estudiosos do povoamento da América — antropólogos, arqueólogos, etnólogos e outros — interessa presentemente, uma vez deitada por terra uma série enorme de hipóteses, inclusive, especialmente, a do autoctonismo, conhecer o ponto ou pontos por onde esses habitantes penetraram no continente e o lugar ou lugares de onde vieram, como também as direções — que tomou dito povoamento.

E, conquanto ainda existam opiniões divergentes a respeito do assunto, há já um número razoável de resultados convergentes, frutos especialmente dos estudos aprofundados e substanciosos de Paul Rivet, Diretor do Musée de l'Homme, de Paris, a saber:

- a) o homem indígena não surgiu na América, veio de fora, sendo muito mais recente no Novo do que no Velho Mundo;
- b) a migração mais importante para o povoamento da América, mas não provavelmente a única, foi a de elementos asiáticos que vieram em levadas sucessivas através do Estreito de Bering;
- c) os primeiros contingentes humanos chegaram à América na última idade glacial, denominada Wisconsin, num período que se pode situar a 40 mil anos passados;
- d) os primeiros migrantes estavam no nível cultural de caçadores, não dispoem, então, de conhecimentos e técnicas de agricultura, já que quando chegaram à América, o Velho Mundo não tinha passado do *Paleolítico Superior*;
- e) os últimos grupos migratórios foram os dos esquimós, que se radicaram na região mais setentrional do continente americano.

Quanto ao Brasil, arqueologicamente, pode-se dizer que a ocupação de seu território, pelo elemento aborígine, deu-se em duas grandes áreas e através de duas culturas bastante diferentes. Os povos fabricantes de cerâmica chegaram à Amazônia a partir do oeste e noroeste, em diversas e sucessivas levas. Essas populações conheceram a agricultura de *coivara*. Uma dessas levas, responsável pela instalação da famosa fase Marajoara, ocupou o baixo Amazonas por volta do ano 1.000, a.D. Com relação ao Brasil Central e Meridional, os arqueólogos preocupam-se sobretudo com três problemas: a antigüidade do homem da região de Lagoa Santa, em Minas Gerais; a idade e a cronologia dos sambaquis, ou os restos de cozinha deixados pelos primitivos habitantes do litoral do Brasil; e os sítios caracterizados pela presença de cerâmica Tupi-Guarani (conf. Altenfelder Silva & Meggers, citados por Julio Cezar Melatti).

Resultados recentes permitem admitir a presença do homem em Lagoa Santa desde 8.000 anos a.C.

Já os índios, de sua parte, se perguntam qual a procedência dos homens brancos, invasores de suas terras?

Cada sociedade indígena tem uma explicação diferente. À guisa de ilustração, damos duas versões diferentes, ambas contidas no livro do professor MELATTI, devendo ser ressaltado que os indígenas não dispõem dos recursos técnico-científicos dos civilizados, de modo que as suas deduções são meras manifestações mitológicas e, pois, empíricas.

Para as várias tribos de índios Timbira (sul do Maranhão e norte de Goiás), a origem dos civilizados estaria ligada à lenda de Aukê, um menino (antigamente não havia civilizados, mas apenas índios. Uma mulher indígena ficou grávida e toda vez que ela ia tomar banho no ribeirão próximo da aldeia, seu filho, ainda não nascido, saía de seu ventre e se transformava em animais, brincando à beira d'água e voltando outra vez ao ventre materno. A mãe não dizia nada a ninguém. Um dia o menino nasceu. Era Aukê. Ainda recém-nascido, transformava-se em rapaz, em adulto,

em velho. Os habitantes da aldeia temiam os poderes sobrenaturais de Aukê e, de acordo com o avô materno, resolveram matá-lo. Algumas tentativas não deram resultado. Numa das vezes o próprio avô o levou para o alto de um morro e empurrou-o para o abismo. O menino, porém, transformou-se em folha seca e foi caindo mansamente, saindo são e salvo. O avô, finalmente, resolveu atear uma grande fogueira e nela queimar Aukê. Dias depois, voltando ao local do assassinato, para recolher as cinzas, o avô encontrou no local uma grande casa de fazenda, com bois e outros animais domésticos à porta: Aukê não havia morrido, mas sim, transformara-se no primeiro homem civilizado, que ordenou fossem trazidos à sua presença os demais habitantes da aldeia, para escolherem entre a espingarda e o arco. Os índios, que estavam todos amedrontados, preferiram escolher o arco e assim permanecerem índios, subjugados ao maior poderio dos civilizados que ficaram com a espingarda. Aukê chorou muito com pena dos índios não haverem escolhido a civilização).

Os Kadiwéu, que habitavam Mato Grosso e eram um ramo dos Gualcurus, tendo se notabilizado por haver aprendido a usar o cavalo e manter índios de outros grupos no cativo, acreditavam em uma história diferente, vinculada ao herói Gô-noêno-hôdi, segundo a qual todos os homens (civilizados e índios) foram tirados de dentro de um enorme buraco por ação desse herói. (Todos receberam de Gô-noêno-hôdi terras e outros bens, além de dons especiais, menos os kadiwéu, que ficaram apenas com o privilégio ou a missão de lutar contra todos e tomar-lhes as posses).

Num e noutro mito, assim como em todos os demais que se conhecem, nota-se claramente que há tentativas de explicar o estado de pobreza e de subordinação em que os índios vivem diante dos brancos, estes aparecendo como possuidores de coisas que os índios gostariam de ter, "pois são coisas que fazem mais fácil a vida do branco e que também lhe permitem dominar o selvagem".

Seja como seja e dados estes prolegômenos apenas para fixar um ponto de partida desse conciso e rápido estudo, sobre

os resultados da integração do índio na comunidade brasileira e suas influências no desenvolvimento do Brasil, temos que reconhecer, desde logo, que o elemento indígena, ao lado do negro e do branco (aqui incluídos todos os grupos étnicos da Europa e de outras partes), constituíram os principais grupos formadores do que é hoje a raça brasileira.

Não é — preleciona Egon Schaden — “A Formação Étnica e a Consciência Nacional”, Edição Escola de Comunicações e Artes, USP, 1971 — pela simples enumeração de elementos de origem ameríndia incorporados à vida brasileira de nossos dias, que se há de aquilatar o alcance da contribuição indígena para a cultura nacional. Para tanto, cumpre passar em revista a história da conquista territorial e o papel que nela coube aos naturais e, sobretudo, aos mamelucos. Em grande parte — e o fato é assinalado por vários historiadores — os contornos geográficos da Colônia já estavam assinalados, prefigurados, pela expansão das tribos tupis, antes mesmo da era cabralina. E, como na época do Descobrimento, a costa brasileira estava quase toda ocupada por índios dessa família (tupi), foi com eles que os colonos aprenderam o que lhes era necessário ou útil para a vida nos trópicos. Não se trata apenas de tais ou quais técnicas de caça, pesca e outras, de plantas de cultivo, de práticas mágicas, de idéias míticas ou de elementos de organização social, mas também de atitudes mentais e emocionais, de um modo peculiar de compreender o mundo e a vida. A herança indígena ou, mais precisamente, tupi, que assim se integrou na personalidade do homem brasileiro, determinou-lhe características que, embora nem sempre facilmente definíveis, marcam de maneira inconfundível o cunho próprio de cultura de extração lusa que se configurou nos trópicos.

Por outra forma, segundo ensina Manuel Diegues Junior — *Etnias e Culturas do Brasil*, Ed. Letras e Artes, 1963, falar em influências culturais indígenas simplesmente, acarreta sempre o perigo de uma generalização inadequada, uma vez que as tribos existentes no Brasil, por ocasião do Descobrimento, bem como da colonização, eram de várias famílias ou

grupos, sendo certo que o elemento alienígena colonizador manteve contatos ou relações com todos, haurindo-lhes toda uma enorme variedade de costumes.

Os traços ou complexos culturais indígenas que influíram na cultura luso-brasileira, são quase sempre de origem tupi (que mantinha semelhanças de língua e outros valores), mas isso não exclui a participação de outros grupos bastante diferenciados, o que leva à necessidade de primeiro fixar aspectos peculiares de cada grupo, para depois chegar-se à dita generalização.

Resumindo, pois, a participação dos vários grupos indígenas na vida brasileira, notadamente dos grupos conhecidos como tupi, jê, aruaque e caribe, caibas ou caraibas, temos que, segundo escreveram Silvio Romero e João Ribeiro — “Compêndio de História da Literatura Brasileira” — “Aos índios deve a nossa gente atual, especialmente nas paragens em que mais cruzaram, como é o caso do Centro, Norte, Oeste e Leste e mesmo no Sul do país, muitos dos conhecimentos e instrumentos de pesca, várias plantas alimentares e medicinais, muitas palavras de linguagem corrente, muitos costumes locais, alguns fenômenos de mítica popular, várias danças plebéias e certo influxo na poesia anônima, especialmente no ciclo de romances de vaqueiros, muito corrente na região sertaneja do Norte, na famosa zona das secas, entre o Paraguaçu e o Parnaíba, a velha pátria dos Cariris”.

Daí, já agora em termos de generalização, poder-se registrar um grande número de traços e complexos de cultura que nos foram deixados pelos indígenas, a saber: — tipos de construção, gêneros de alimentação, processos de caça e pesca, de agricultura, de tecelagem, de fabrico de cestas, de instrumentos de música, mitos, lendas, práticas religiosas e mágicas, receitas, atividades recreativas, música, palavras de linguagem corrente.

Emanuel Diégues Junior (obra citada), aduz que: o mundéu ou alçapão; ou também a arapuça, na caça de passarinhos, esta, e de quadrúpedes aquele; o bodoque, a rede ou redinha, o puçá, a pesca a linha e o anzol, este primitivamente feito

de osso, de pau ou de espinha de peixe; o arpão, o arco e a flecha; o uso de envenenar os peixes com certas folhas, frutos ou raízes, é de origem indígena. De origem indígena também o complexo de utilização da mandioca, introduzido na alimentação do colonizador; o milho como ingrediente no preparo de vários quitutes; a moqueca, o moquém. O fabrico de cestas, utilizando a palha de bananeira ou de palmeiras; figuras ou utensílios de barro; canoas, instrumentos de música, são ainda traços culturais do indígena.

Outros elementos do quadro cultural indígena foram igualmente aceitos pelo colonizador e se estenderam às populações brasileiras. Um deles, o uso do tabaco; outro, certos hábitos ainda muito arraigados, principalmente nos grupos rurais, como o banho de rio, o pé descalço, o defecar ou o descansar de cócoras. O uso da rede para dormir é também de procedência indígena, como o são certos utensílios domésticos: a gamela, o coco de beber água, a cabaça para cuia de farinha e outros alimentos.

Para Gladstone Chaves de Melo — “Remanescentes Indígenas e Africanos na Cultura Brasileira”, Carta Mensal, fevereiro de 1970 — apesar de todo o dito, “foi relativamente pequena a herança indígena na resultante nacional”, restando a este elemento étnico — o índio — em consequência, uma parcela bem inferior, talvez até insignificante, em relação àquelas legadas pelo negro e europeu, na formação da atual comunidade brasileira e no seu desenvolvimento. E as razões encontrar-se-iam não apenas na precariedade dos contatos homem civilizado-indígena, senão que, principalmente no estado de atraso da cultura deste último em relação ao primeiro.

Segundo esse mesmo autor, os índios tupi não tinham força para resistir à cultura portuguesa; os jê muito menos; os aruaque estavam abatidos ou em declínio; os caribe, já poucos e só recentemente descobertos, não estavam em melhores condições do que os tupi.

Natural, portanto — assevera — que pouca coisa tenha, por fim, restado dos índios na cultura nacional. O mais importante contribuinte, vamos encontrá-lo na língua, eis que

o português enriqueceu-se com um grande número de palavras, principalmente nos setores da zeonímia (cاپivara, jacaré, curió, gambá, lambari, tamanduá, tatu, urubu, etc.), fitonímia (capim, buriti, guariroba, peroba, jabuticada, jacarandá, aipim, caju, etc.), toponímia (Andaraí, Gurupi, Brocoió, Butantã, Borborema, Taubaté, Paranapiacaba, etc.) e da antroponímia (Araci, Juraci, Ubiraci, Ubirajara, Bartira, Jurema, Jucá, Pirajibe, etc.).

Já para alguns outros autores de igual nomeada (Darcy Ribeiro — "Os Índios e a Civilização", ed. Civilização Brasileira, 1970, Florestan Fernandes e outros), a chamada integração do grupo étnico indígena na comunidade brasileira, não tem sido senão um processo gradativo de transfiguração étnico-cultural, em que a cultura aborígine, mediante compulsões de natureza ecológica e biótica, bem como coerções de natureza tecnológico-cultural, sócio-econômica e ideológica, acaba cedendo sempre ou, em outras palavras, é influenciada inexoravelmente ao invés de influenciar. Os silvícolas, em consequência desse processo, transfiguram-se da condição de índios-tribais à de índios-genéricos, com pouca ou nenhuma expressão na nova comunidade. Tal observação contrasta frontalmente com aquelas que atribuem ao elemento indígena uma participação importante, ainda que menor em relação à do negro e do europeu (português, principalmente) no processo de formação e desenvolvimento da comunidade brasileira.

Avaliando os resultados dessa forma, que chama inadequada de integração, o Prof. Darcy Ribeiro mostra em quadro pouco animador que:

1 — no trânsito da condição de isolamento à de integração, oitenta e sete grupos indígenas foram levados ao extermínio e quase todos eles sofreram grandes reduções demográficas e profundas transformações nos seus modos de vida. Enquanto na relação de tribos indígenas existentes em 1900 sobressai a coluna correspondente aos grupos isolados (sem contato algum com a civilização), com 45,6% do total, na

relação de 1957, sobressai a que então era última, ou seja, dos grupos extintos, com 37,8% do total.

2 — o vulto do extermínio em número de pessoas foi muito mais ponderável. Aos cento e cinco grupos isolados de 1900, correspondia, segundo uma avaliação grosseira, uma população de cinquenta mil índios. Aos seus sobreviventes, classificáveis nas diferentes categorias de integração (exceto os ainda isolados) correspondia, em 1957, tão-somente uma população de treze mil trezentos e vinte. A proporção de extermínio no período considerado foi, portanto, de 73,4%.

3 — a proporção de tribos desaparecidas nos primeiros embates com a civilização, nesse meio século, indica que as chances de sobrevivência para os isolados foram pouco superiores a 50%, uma vez que trinta e três deles desapareceram, enquanto trinta e nove conseguiram sobreviver, passando a outras condições de interação. Foram algo maiores, de cerca de 85% as chances de sobrevivência dos grupos em contato intermitente, pois, dos cinquenta e três existentes em 1900, desapareceram quatorze. Os principais fatores de extinção que operam nessas primeiras etapas de integração são a morte em conflitos com os civilizados e, sobretudo, a despopulação provocada por epidemias de gripe, sarampo, coqueluche e outras enfermidades desconhecidas.

4 — os grupos indígenas que alcançaram, no período examinado (1900-1957), a etapa de *convívio permanente*, sobre os quais se acumularam, ademais das compulsões de ordem ecológica e biótica, as do processo de aculturação, tiveram suas chances de sobrevivência reduzidas a 33%, conforme se comprova pelo fato de terem desaparecido vinte e oito das trinta e nove tribos nessas condições. Os grupos que já se encontravam *integrados* em 1900 suportaram melhor as vicissitudes do contato, sobrevivendo na proporção de 60%, uma vez que de vinte e nove grupos desapareceram doze. No total desapareceram quatro cada dez grupos existentes em 1900, sendo de se prever que, a prevalecerem as mesmas condições,

cinquenta e sete dos atuais cento e quarenta e três grupos hoje existentes, desaparecerão até o fim do século.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — "Índios do Brasil" — Júlio Cezar Melatti
1970 — Editora de Brasília
- 2 — "A Formação Étnica e a Consciência Nacional" — Egon Schaden
Edição Escola de Comunicações e Artes, USP, 1971
- 3 — "Etnias e Culturas do Brasil" — Manuel Diégues Junior
Editora Letras e Artes — 1963
- 4 — "Remanescentes Indígenas e Africanos na Cultura Brasileira" —
Gladstone Chaves de Melo
Carta Mensal — fevereiro 1970
- 5 — "Os Índios e a Civilização" — Darcy Ribeiro
Civilização Brasileira — 1970
- 6 — "Estatuto Jurídico do Índio" — Themistocles Cavalcanti
Carta Mensal — novembro 1971

"Não tenhas apreensões; não sabes o que o futuro te reserva; e, quase sempre os nossos maus presentimentos são, justamente, os que nunca se realizam."

THOMAS JEFFERSON